

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
DEPARTAMENTO DE LINGUISTICA

LL 041 - INTRODUÇÃO A ANÁLISE DO DISCURSO
Profa. Eni P. Orlandi

2º Semestre de 1984

A. PROGRAMA DO CURSO

I. Discussão epistemológica

1. As dicotomias
 - a) língua e fala
 - b) competência e performance
 - c) o lugar do discurso
2. A definição de discurso
 - a) as condições de produção
 - b) a noção de sujeito
3. As unidades de análise: a palavra, a frase, o enunciado, o texto, o discurso.
4. A análise do discurso e as teorias da linguagem (a pragmática, a teoria da enunciação)
5. Análise de Discurso e Análise de Conteúdo.

II. Exame de algumas propostas de análise

1. Preliminares: textos fundamentais que remetem a problemas discursivos.
2. Linhas de análise: a distinção entre a linha europeia e a americana; outras distinções paralelas.
3. Alguns autores e seus modelos: Z. Harris, A. Pécheux.
4. Exemplares de análise de discurso: análises apresentadas em revistas especializadas (Langages, Journal of Pragmatics, Langue Française, Language, etc).

III. Por uma tipologia do discurso.

1. A necessidade metodológica de uma tipologia em análise de discurso.
2. As diferentes tipologias e seus critérios.

B. OBJETIVO:

Determinar o campo, o método e as técnicas de análise do discurso a partir da reflexão sobre fatos discursivos.

C. AVALIAÇÃO:- resenhas, seminários e trabalho final.

Resenhas: D.Mainguena, E.Benveniste, R. Jakobson, R.Malinowski,
M.A.K. Halliday.

(Obs. Obras citadas na bibliografia).

Seminários: a serem determinados.

(Obs. Obras citadas na bibliografia).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

E. Benveniste. Problemas de Lingüística Geral. C. Ed. Nacional,
São Paulo, 1976.

M.A.K. Halliday e Hasan, Cohesion in English. Longman, Londres,
1976.

_____. "As bases funcionais da linguagem", in Fundamentos metodológicos da Lingüística. Vol. I, Marcelo Dascal (org) Global, São Paulo, 1978.

_____. "La sémantique et la syntaxe", in Sémantique et Logique. (B.Pottier ed.), Paris, Mame, 1976.

D. Maingueneau, Initiation aux Méthodes de l'analyse du Discours, Hachette, 1976.

Langages: nº 13,23, 24, 17, 37, 41, 55.

Langue Française nº 9

M. Pécheux, Analyse Authomatique du Discours, Dunod, Paris,
1969.

R. Jakobson, "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe", in Essais de Linguistique Générale, Minuit, Paris, 1963.

B. Malinowski, "O problema do significado em linguagens primivas" in O significado de significado. Ogden e Richards, Zahar, 1972, Rio.

R. Robin, História e Lingüística, Cultrix, São Paulo, 1977.

M. Foucault, L'ordre du Discours, Gallimard, Paris, 1971.

Voloshinov, V. El Signo Ideológico y la Filosofia del Lenguaje. B. Aires, 1976.

E. Orlandi, "Protagonistas do/no Discurso", Séries Estudos nº 4, Uberaba, 1978.

J.L. Austin, Qua d Dire c'est Faire Paris Scuil, 1970.

Barthes, R. Elementos de Semiologia, Cultrix, São Paulo, 1975.

O. Ducrot, La preuve et le Dire, Mame, Paris, 1974.

_____. Dire et ne pas Dire, Trad. Princípios de Semântica Lingüística, Cultrix, São Paulo, 1977.

Grice, "Logic and conversation", in The Logic of Grammar, California, Dickenson, P. Co, 1975, pp. 64/75.

J. Fishamn, Who speaks what Language to whom and when?
Linguistique nº 2, Paris, 1965.

Searle, Les actes de langage, Paris, Hermann, 1972.

Perelmann, L'Empire de la réthorique, Paris, Lib.Philosophique, 1977.

F. Ponzio, Producción Linguística e Ideología Social, Madrid, 1974.

F. Rossi-Landi "Alinguagem como trabalho e mercado", in Semio-
logia e Lingüística hoje, Pallas, Rio, 1975.

H. Osakabe, Argumentação e Discurso Político, Cairós, São Paulo, 1979.

J. Grumback, Pour une Typologie des discours", in Langue, Discours, Société, Seuil, Paris, 1975.

Sobre o discurso, Série Estudos, nº 6, Uberaba, 1980.

LINGUAGEM E MÉTODO

Quer-me parecer que a questão do método em estudos da linguagem é questão fundamental. Porque, quanto a esse aspecto, temos uma posição respeitável em Saussure: o método, afirma ele, determina o objeto. Mais do que isso, me valendo da lucidez de Paul Veyne (1971), posso ir além, dizendo que, diante de várias perspectivas metodológicas adotadas, não se trata do mesmo objeto visto de várias perspectivas, mas de uma multiplicidade de objetos diferentes. Ou seja, as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato ou acontecimento dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades. Na ciência da linguagem, portanto, não se pode deixar de distinguir o dado (empírico) e o objeto (científico), que é construído. O que nos leva a reconhecer a importância da relação entre a metalinguagem e o objeto que ela constitui.

Há uma ambiguidade com que a linguagem se apresenta: ou como instauradora (imitadora) de mundo, tendendo para a arte, ou como déveladora de mundo, como ponta de lança do saber, tendendo para a ciência. Condenados a usar a linguagem para falar da linguagem - quer se utilizem as línguas naturais, ou a linguagem lógica, pois esta, afinal, quando reflete sobre a linguagem repassa-se de linguagem - somos presas fáceis do objeto com o qual trabalhamos. Dificilmente escapamos a essa ambiguidade (circularidade) entre ciência e arte. A tentação, entretanto, é optar por um dos lados e, como Rousseau (Derrida, J. e Rousseau, 1970), poder dizer: "Ensinaram-nos que a linguagem dos primeiros homens eram línguas de geômetras e vemos em troca que foram línguas de poetas". Mas não vamos abrir mão da plasticidade da linguagem, dessa sua natureza múltipla, pois o mistério da linguagem está em ser ela tudo isso e, ao mesmo tempo, não ser coisa alguma. Tampouco reconhecemos uma distância tão categórica entre o geômetra e o poeta.

Retomando a reflexão sobre o método e o objeto, acrescentaria que partimos de um dado e quando definimos o objeto, através da metodologia, nos comprometemos ao mesmo tempo com uma teoria e com um corpo de definições segundo o qual produzi-

mos as correspondentes técnicas de análise. Vejo assim uma relação necessária entre o objeto, as técnicas de análise, a metodologia e a teoria na qual se sustenta. E, pressuposta a tudo isso, há uma definição de linguagem que subjaz e determina os princípios teóricos, a metodologia e a análise.

A título de ilustração, podemos citar os estudos da linguagem no século XIX e os do estruturalismo. No século XIX, temos a definição de linguagem como produto da história; consequentemente o método de análise proposto é o histórico-comparado e as técnicas de análise buscam essas propriedades históricas no objeto. No estruturalismo, a linguagem é definida como estrutura ("entidade autônoma de dependências internas", diz L. Hyelmslev, 1962); o método é o estrutural (o centro é a noção de diferença) e as técnicas de análise (oposição de pares mínimos, prova de comutação, etc) atestam essa perspectiva na consideração do objeto.

Resta observar que há sempre, pressuposto, algum aspecto da filosofia da linguagem que nós, lingüistas, muitas vezes des conhecemos mas ao qual estamos sujeitos: na Gramática Transformacional temos o Racionalismo (Descartes); atrás de Saussure, Kant e Aristóteles; atrás da AD*, Foucault e, mais recentemente, a filosofia da diferença (Deleuze) etc.

Primeira Parte

De acordo com essa reflexão, e especificando o domínio no qual tenho trabalhado, gostaria de afirmar que o ponto de vista, próprio à AD, estabelece para sua reflexão um objeto-linguagem diferente daquele instalado pela lingüística tradicional, porque procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico e não meramente do produto dessa constituição. Esse é o recorte teórico inicial (básico) para a AD.

Dai se tomar como ponto de partida a definição que coloca a linguagem como mediação necessária, como ação que transforma. Ação sobre a natureza e ação concertada com o homem. Não é, pois, ação no sentido geral em que a pragmática a considera. Para os objetivos da AD é preciso que esse compromisso pragmático da linguagem seja mais especificamente marcado pelo conceito de social e de histórico. Um compromisso que coloque a capacidade de linguagem na constituição da própria condição da espécie, já

*AD - Análise do discurso.

que o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura) e nem da natureza. Daí considerar a linguagem como interação, vista esta na perspectiva em que se define a relação necessária entre homem e realidade natural e social. Ou seja: concebo a linguagem como trabalho, como produção, e procuro determinar o modo de produção da linguagem enquanto parte da produção social geral. Isso não significa que, ao estabelecer essa homologia, se esteja descharacterizando a linguagem de sua especificidade. A diferença é estabelecida pelo fato da linguagem ser um trabalho simbólico; mas ainda assim um trabalho.

Uma conseqüência indesejável, quando se fala em mediação, é a de pensar essa mediação no sentido de colocar a linguagem como instrumento. De nossa parte, ao contrário, consideramos a mediação como relação constitutiva, como ação que transforma. Não tomamos nem a linguagem como um dado nem a sociedade como um produto; elas se constituem mutuamente. Se assim é, o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. A AD tem uma proposta adequada em relação a estas colocações já que no discurso se instancia o modo social de produção da linguagem.

Ao definir a linguagem como trabalho, desloca-se a importância dada à sua função referencial. Essa função tem ocupado uma posição central na lingüística clássica e daí decorre pensar-se a comunicação apenas sob o enfoque da informação. Na perspectiva da AD, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.

A linguagem, assim, não é vista apenas como suporte de pensamento, nem somente como instrumento de comunicação.

A definição de linguagem como trabalho desloca percursos (se faz um percurso que não passa só pelo domínio psíquico ou social estrito mas também pelo domínio da ideologia) e desloca funções (importam outras funções além da referencial).

É preciso explicitar-se, em relação a essa definição, que os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, ideo_lógico, ou seja, as condições de produção (Pêcheux, 1969) constituem o sentido da seqüência verbal produzida. Não são meros complementos.

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade

e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso.

Por outro lado, há a relação de sentido (intertextualidade), isto é, o fato de que todo discurso nasce em outro (sua matéria prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata nunca de um discurso mas de um continuum. Fala-se então de um estado de processo discursivo e esse estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados.

Finalmente, compõe também a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Este mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações.

Tudo isso compõe as condições de produção do discurso.

O princípio teórico fundamental, então, é considerar que há uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva; é uma relação orgânica e não adjetiva. Não se dirá assim, que se acrescentam dados históricos para melhor se delimitar a significação; dir-se-á que o processo de significação é histórico.

Por isso tudo, falar não é a mesma coisa que produzir um exemplo de gramática. As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas¹ e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica. Um exemplo interessante é observar o conceito de "abertura" para os que estão no poder e pela 'oposição'. Além das intenções contam, portanto, as convenções¹, havendo uma relação necessária do dizer com a ideologia.

(1) F.I. = conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche, et alii, 1975).

O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. A isso chamamos ilusão discursiva do sujeito (Fuchs, Pêcheux, 1975).

Paralelamente, o sujeito faz uma seleção em relação aos meios formais (produtos) que a língua oferece mas ele o faz de um contexto social. O conceito de discurso despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo no funcionamento de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas (Maingueneau, 1976). Assim, a seleção que o sujeito faz entre o que diz e o que não diz também é significativa: ao longo do dizer vão-se formando famílias parafrásticas que significam. Eu diria, então, que o dizer não é apenas do domínio do locutor pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres. Em suma: o dizer tem sua história². Por não considerar essa história, o sujeito tem a ilusão da realidade do pensamento, isto é, o discurso se apresenta como reflexo de seu conhecimento objetivo da realidade.

Procurando conhecer o processo de produção da linguagem, o quadro epistemológico da AD (Fuchs, Pêcheux, 1975) se apresenta como a articulação de 3 regiões do conhecimento científico: 1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações; 2. A lingüística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e 3. A teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Podemos, então, definir a semântica discursiva como a análise dos processos característicos de uma formação discursiva que deve dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso e as condições em que ele é produzido. (CL. Haroche et alii, 1975).

Da observação da linguagem em seu contexto, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, que seriam o fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo po-

(2) E o conceito de história de que lançarmos mão, aqui, compreende não só o aspecto cronológico mas sobretudo o de intriga.

lissêmico. O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob suas várias formas (matriz da linguagem). O polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos(fonte da linguagem).

Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Aí se localiza a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contensão. Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, institucionalizar. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado. Esta tensão básica, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-históricamente constituída, ela muda, pela mesma razão, ela se mantém, ela permanece a mesma. Essa é a sua ambiguidade.

Uma consequência da distinção desses dois processos é a diferença entre criatividade e produtividade. A produtividade se dá pela obtenção de elementos variados através de operações que são sempre as mesmas, que incidem recorrentemente e que, dessa forma, procuram manter o dizível no mesmo espaço do que já está instituído (o legítimo, a paráfrase); a criatividade instaura o diferente na linguagem na medida em que o uso pode romper com o processo de produção dominante de sentidos e, na tensão da relação com o contexto histórico-social, pode criar novas formas, novos sentidos. Pode realizar uma ruptura, um deslocamento em relação ao dizível.

A lingüística, tal como vinha se propondo, tendia mais a trabalhar com os produtos do que com os processos, e, consequentemente, tendia a privilegiar a paráfrase. No entanto, não há separação estanque entre o produto e o processo: o produto se repõe continuamente como processo, e tanto a paráfrase como a polissemia são objetos da reflexão sobre a linguagem.

Por outro lado, ao considerar a existência da tensão entre o processo parafrástico e o polissêmico e ao reconhecer a multiplicidade de sentidos como inerente à linguagem, a AD tem que, necessariamente, ser crítica em relação a um conceito central para a semântica lingüística: o conceito de literalidade.

Uma vez que o contexto é constitutivo do sentido, abandona-se a posição que privilegia a hipótese de um sentido nuclear, mais importante hierarquicamente (literal) em relação aos outros. Não há um centro e suas margens, há só margens. Dessa forma, todos os sentidos são de direito sentidos possíveis e, em certas condições de produção, há de fato dominância de um sentido sem por isso se perder a relação com os outros (implícitos).

A sedimentação de processos de significação em termos de sua dominância se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal³.

O produto dessa sedimentação, dessa institucionalização é observado na história da língua: a história dos sentidos cristalizados é a história do jogo de poder da/na linguagem.

Do ponto de vista da história se podem apreender os produtos como tal; no processo da interlocução, entretanto, o sentido se constitui a cada momento de forma múltipla e fragmentária. E é essa relação dinâmica, é esse movimento entre processo e coisa produzida que constitui a linguagem.

Essa via de reflexão nos permite dizer que a literalidade produz-se historicamente enquanto efeito de discurso. Portanto, o sentido literal não deve ser estabelecido a priori. É o que significa Benveniste (1976) quando diz que "a unidade não preexiste ao emprego".

Segunda Parte

Até o momento, exploramos mais a relação método-objeto. Há uma segunda passagem metodológica que é a que se dá entre as técnicas e o objeto de análise. É aí que encontramos a necessidade da operacionalização de conceitos.

Tradicionalmente, temos as diferentes lingüísticas e seus objetos de análise, ou melhor, suas unidades: a lingüística da palavra, a da frase.

(3) Observando-se o funcionamento da linguagem na sociedade (o procedimento dos escritores competentes e os leitores competentes, por exemplo) pode-se observar os mecanismos pelos quais fixam-se certos sentidos.

A AD tem como unidade o texto. Na perspectiva da AD o texto é definido pragmaticamente como a unidade complexa de significação consideradas as condições de sua produção. O texto se constitui, pois, no processo de interação.

A relação entre o discurso e o texto é a que existe entre o objeto teórico e o da análise. Por exemplo, na Gramática Transformacional é a relação que existe entre a competência (objeto teórico, objeto da descrição) e a frase (unidade de análise); em Saussure, entre o sistema (a língua) e o signo. NA AD o objeto teórico (específico) é o discurso e o objeto empírico, analítico, é o texto.

Enquanto unidade pragmática, que se constitui na interlocução, não importa a extensão do texto: pode ser uma palavra, um sintagma, um conjunto de frases (escrito ou oral), o que importa é que funcione como unidade de significação em relação à situação.

A noção de texto, enquanto unidade da AD, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível segmental. O texto não é soma de frases e não é fechado em si mesmo.

Portanto, ao se passar para o texto como unidade de discurso, se passa da operação de segmentação para a de recorte. Passa-se da distribuição de segmentos para a relação das partes com o todo, em que se procuram estabelecer, através dos recortes, unidades discursivas.

Este é um domínio onde não há só o discreto e em que a relação com o continuum se faz necessária. Da mesma forma, se faz necessária a relação com o heterogêneo, pois o todo que é o texto tem a ver com as condições de produção, a situação discursiva. Por outro lado, em termos de sua dimensão, o texto, além de não progredir apenas em uma direção e não crescer somente para a frente, tem relação com o que não é ele, uma vez que o espaço simbólico entre enunciados efetivamente realizados são constitutivos do texto, bem como sua relação com outros textos. A idéia de recorte remete assim à polissemia.

Como os recortes são feitos na(e pela) situação de interlocução, compreendem também um contexto mais amplo que é o da ideologia.

Vale, ainda, lembrar que esse todo em que se constitui

o texto é de natureza incompleta. Indo mais além, podemos afirmar que a condição de existência da linguagem é a incompletude. O espaço e o tempo da linguagem são outros (são simbólicos) e é nisso que tropeçam os modelos com sua segmentalidade, sua discreção, seu caráter categórico.

Outro aspecto a se considerar em relação à incompletude é que, uma vez que se constitui na interação, o sentido do texto não se aloja em cada um dos interlocutores separadamente, mas está no espaço discursivo criado pelos (nos) dois interlocutores.

Como a linguagem tem uma relação necessária com a extensão, a idéia de unidade (de todo) não implica a de completude: a linguagem não é uma coisa só e nem é completa.

Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis.

Todas essas afirmações nos levam a dizer que a linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara, nem distinta.

Gostaria de fazer referência ainda a um outro conceito que é também muito importante para a capacidade de operacionalização do modelo proposto pela AD. Trata-se do conceito de funcionamento.

O deslocamento da noção de função para funcionamento é considerado condição essencial para a constituição de qualquer ciência que trate do signo (Pêcheux, 1969). Não se descreve a função mas sim o funcionamento.

Na AD esse deslocamento foi possível, isto é, se podem conceber unidades superiores à frase como um funcionamento, contanto que se refira esse funcionamento à sua exterioridade. Mais uma vez é essa relação que permite a sistematização, o encontro de regularidades. A possibilidade da AD deriva da consideração do discurso como parte de um mecanismo em funcionamento, correspondendo a um certo lugar no interior de uma formação social.

Tenho definido o funcionamento como "a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas. Esse determinado não é um, mas o circunscrito à nossa própria experiência social, de nossa época e grupo social.

Quando pensado segundo as noções de produto e processo, o funcionamento tem como contrapartida o conceito de tipo. Isto

é, se o funcionamento é a atividade estruturante, o tipo corresponde à cristalização dos seus resultados, ou seja: os tipos (produtos) são cristalizações de processos (funcionamentos) discursivos definidos na própria relação de interlocução.

Do ponto de vista da operacionalização, a noção de tipo tem função metodológica fundamental: permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades e se distingam classes. É um princípio organizador equivalente ao de categoria. Dada a institucionalização da linguagem - o fato de que há um processo de legitimação histórica das suas formas - os tipos se estabelecem como produto dessa institucionalização e se fixam como padrões, como modelos. Esses produtos, os tipos, vão entrar nas condições de produção do discurso em seu funcionamento que, por sua vez, determina aquilo que pode vir a constituir um novo tipo ou a reproduzir uma forma já estabelecida.

Resta observar que todo dizer tem, necessariamente, sua configuração. Por isso é sempre possível se reconhecer um tipo em qualquer instanciação de linguagem.

Dessa maneira, a relação entre tipo e funcionamento é um instrumento decisivo para o analista pois, em grande parte, a sua tarefa (explícita ou implícita) é distinguir modelos de discurso, articulando esses modelos sobre condições de produção (Mairavane, 1976).

Assim, a AD procura apreender a singularidade do uso da linguagem ao mesmo tempo em que visa construir um quadro geral, isto é, procura inserir o uso particular em um domínio comum. A noção de tipo é que possibilita que não se excluam as determinações concretas que caracterizam um discurso sem, no entanto, nos perdermos nessa concretude (empirismo?) ficando ao sabor dos fatos, de tal forma que cada discurso fosse um discurso sem nada a ver com outros.

Além disso há outra dimensão operacional importante dessa noção: cada tipo estabelece a relevância de certos fatores (e não outros) para as condições de significação do texto, isto é, a tipologia opera um recorte que distingue o que, no contexto de situação, deve ser levado em conta na constituição do sentido.

Mantendo como proposta a necessidade de relacionar funcionamento e tipo, procurei elaborar uma tipologia de discursos cujo caráter fosse exploratório. Exploratório no sentido de que essa elaboração se apresentasse como uma forma de observar o mo-

do de funcionamento dos diferentes discursos.

Essa tipologia que elaborei, mantendo o compromisso com os processos que coloco como hipóteses básicas de meu trabalho, tem como critérios a interação (a reversibilidade: a troca de pápeis ou de estatutos entre interlocutores) e a relação entre polissemia e paráfrase (a possibilidade, ou não, de múltiplos sentidos).

Assim, o tipo autoritário é que tende para a paráfrase (o mesmo), em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece). O discurso polêmico é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições (é disputada pelos interlocutores) e em que o objeto de discurso não está obscurecido pelo dizer mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os interlocutores, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido: a polissemia é controlada. O discurso lúdico, que é o terceiro tipo, é aquele que tende para a polissemia ampla, em que a reversibilidade é total e em que o objeto do discurso se mantém como tal no discurso. A polissemia é aberta.

O exagero do discurso autoritário é a ordem no sentido militar, o do polêmico é a injúria e o exagero do lúdico é o non sense.

Em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura.

Ao dizer que o discurso autoritário é o dominante, estamos afirmando que o uso da linguagem está polarizado para o lado da paráfrase. E isto se dá também no plano da reflexão; vale dizer: o discurso autoritário é o discurso do "mesmo" e isto está refletido, de alguma forma, na concepção de linguagem que temos, na forma dos estudos da linguagem, nos moldes de análise propostos etc. Este é um deslize ideológico que faz com que se atribua à natureza da linguagem algo que é historicamente determinado e se dá em relação a um tipo de discurso numa determinada formação social.

Gostaríamos ainda de dizer que as tipologias devem ser interpretadas, pois não são nem de elaboração, nem de aplicação

mecânica. A tipologia que propomos, como qualquer outra, tem sua aplicabilidade regulada pelos objetivos da análise em sua relação com a natureza do texto. Se a elaboramos é por considerarmos que ela nos oferece uma perspectiva fecunda na exploração de características dos discursos e da ideologia.

Não creio que se devam estabelecer relações categóricas entre os tipos. É preferível, antes falar-se em tendências: há discursos que tendem para o tipo autoritário, ou tendem para o lúdico etc. Não há, assim, tipos puros, a não ser idealmente.

Por outro lado, tenho procurado, ao longo do meu trabalho, não atribuir um valor a qualquer dos tipos, ou melhor, não penso que haja um valor que afeta o tipo intrinsecamente: este é melhor que aquele, etc. O valor dependerá das condições em que o discurso se produz. Dessa forma, os tipos em si, na minha perspectiva, não são propostas quando os aplico a formas de discurso institucionais como o discurso pedagógico, ou da mulher, ou o da história, da religião, etc. Na aplicação, e dadas as características das formações sociais, tenho proposto como um objetivo desejável instalar-se o discurso polêmico, isto é, aquele próprio a uma sociedade crítica⁴.

Analisei vários discursos procurando reconhecer suas características, de acordo com os critérios estabelecidos por essa tipologia. Aprofundando então a idéia de que era necessário encontrar traços, isto é, marcas lingüísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos, estabeleci uma distinção entre marcas e propriedades. As marcas dizem respeito à organização do discurso e a propriedade tem a ver com a consideração do discurso como um todo em relação com a exterioridade, com a situação (com as instituições, com o contexto sócio-histórico, com a cultura, com a ideologia). As marcas não são suficientes para a caracterização de um funcionamento discursivo. Para tal é preciso remetê-las à propriedade. Exemplo

Ex - marcas do discurso religioso: a. gramaticais: negação, perífrase, imperativo, etc.; b. textuais: antítese, parábola, metáfora, etc.

- propriedade: assimetria entre os planos espiritual e temporal, não reversibilidade entre os planos e ilusão da

(4) Cabe a questão: qual é o discurso desejável e possível para o conhecimento?

reversibilidade.

Além disso, é preciso observar que sem a consideração do funcionamento do discurso em suas condições de produção não há possibilidade de distingui-lo pois o estabelecimento da propriedade do discurso é o estabelecimento do funcionamento típico de suas condições de produção.

Através da caracterização dos funcionamentos e sua relação com os tipos, procuro estabelecer, com alguma precisão, a relação entre o lingüístico e o ideológico. Isto é, procuro detectar marcas e propriedades do discurso, analisando seu funcionamento e estabelecendo a relação entre esses funcionamentos com formações discursivas que, por sua vez, remetam a uma certa formação ideológica. Assim, pode-se dizer, por exemplo, que não é a partícula "mas" que é ideológica mas sim o modo como ela funciona em construções que, remetidas a certas formações discursivas (da classe média, por exemplo), indicam uma relação x ou y com a ideologia (trabalha bem mas é preto, é mulher mas pensa, cozinha mas canta, etc.). Quer dizer, há conceitos mediadores entre o lingüístico e o ideológico.

Condições de produção → funcionamento → formações discursivas → formações ideológicas

↓

marcas e
propriedades

Conclusão

Os conceitos fundamentais dessa espécie de AD (há muitas) são: processo, produto, contexto histórico-social, interação, trabalho. Podemos reconhecer Foucault atrás da idéia da disciplina, da instituição, etc. Gostaria de me referir, rapidamente, a algum pressuposto da filosofia da diferença.

O conceito de uma lingüística não prisioneira do significante (Chomsky, estruturalismo estrito, distinção significante/significado, língua enquanto tal, etc.) parece depender, para o filósofo da diferença, da procura do que eles têm chamado de "avesso da estrutura". O avesso da estrutura é uma reunião dinâmica de elementos que estão juntos por ausência de ligação (constelação de Hjelmslev). Vale dizer, é um jogo de combinações ce-

1976

As ~~Avesso e Necessidade~~, por exemplo, é a característica do outro lado do código genético explícito.

~~se~~ Privilegiou a estrutura. Agora se admite que a anarquia também é constitutiva.

Na lingüística, o exemplo visível desses deslocamentos pode ser observado nos jogos: o jogo privilegiado por Saussure é o xadrez; para Searle é o basebal (o que é normativo e o que é constitutivo); agora é a vez do avesso. O avesso do xadrez é o go chinês, que é um jogo que não é posicional, só de estratégias. Esse jogo não é representativo, só produtivo.

É um pouco isto que está suposto quando desloco a litera- lidade e afirmo que não há um sentido central, só margens; ou quando penso que há tensão, e não oposição, entre os processos parafrástico e polissêmico. É ainda a mesma coisa que está implícita, quando abro mão do único, do preciso, do definido. É a idéia de movimento que me atrai.

Todo discurso se produz em certas condições. E pensando a lingüística, pode-se observar, por exemplo, em que condições Chomsky escreveu sua gramática: trata-se de dar conta, no fundo, da descoberta de uma teoria gramatical em condições culturais de pouca tradição gramatical; foi preciso inscrever essa descoberta em uma história da lingüística suscetível de prefigurá-la, fornecendo-lhe seus títulos de nobreza: é nessas condições que Descartes, senhores de Port Royal e Humbolt atravessaram o Atlântico. Alguns (como Martinet) veem nisso uma revanche do anglo-centrismo sobre as culturas latinas, uma empresa que visa substituir o velho imperialismo cultural greco-latino pelo imperialismo anglo-americano, absorvendo-o. A Gramática Transformacional seria, então, a expressão de uma corrente anexionista visando reconstruir diferentes línguas sobre o modelo do inglês exatamente como os missionários e exploradores europeus tinham reconstruído, desde o Século XVI ao XIX, todas as línguas que encontraram, tomando o latim e o grego como referências universais (Gadet e Pécheux, 1981).

A que condições responde o discurso da Análise do Discurso?

BIBLIOGRAFIA

1. BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística Geral, Nacional, São Paulo, 1976.
2. DERRIDA, J. e ROSSEAU J.J. La Linguistica de Rousseau e El origen de las lenguas, Ed. Calden, Buenos Aires, 1970.
3. FUCHS, C. e PÊCHEUX M. "Mises au Point et Perspectives à propos de l'analyse automatique du discours", Langages, nº 37, Paris, 1975.
4. GADET, J. e PÊCHEUX M. La Langue Introuvable, Maspero, Paris, 1981.
5. HAROCHE, Cl. HENRY P. e PÊCHEUX, M. "La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours", Langages, nº 24, Didier/Larousse, Paris, 1971.
6. HJELMSLEV, L. Ensayos Lingüisticos, Gredos, Madrid, 1962.
7. MAINGUENEAU, D. Initiation aux Méthodes de l'Analyse du Discours, Hachette, Paris, 1976.
8. MONOD, J. Acaso e Necessidade, 
9. PÊCHEUX, M. Analyse Automatique du Discours, Dunod, Paris, 1969.
10. VEYNE, P. Comment on écrit l'histoire, Seuil, Paris, 1971.

3^ª ed, Ed. Jorge, Petrópolis, 1976.